

**ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA – CISMEPAR.**

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, no auditório do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema - Cismepar, localizado na Travessa Goiânia, cento e cinquenta e dois - Londrina/PR, realizou-se a centésima septuagésima segunda reunião do Conselho Curador para deliberar assuntos constantes na pauta. Para este expediente fizeram-se presentes na categoria Secretários de Saúde (as): Beatriz Fabiano (Alvorada do Sul); Talita Maria Bengozi Gozi (Cambé); Fabiano Fachina (Florestópolis); Alex Fernandes Monteiro (Guaraci); Leiliane de Jesus de Martini Lopes Vilar (Ibiporã); Angela Maria Menezes (Jataizinho); Vivian Biazon El Reda Feijó (Londrina); Maria Aparecida dos Santos (Pitangueiras - procuração); Arilda Batista de Araújo (Porecatu); Marília Gabriela Salgado Alves (Prado Ferreira); Erika Fernanda dos Santos Bezerra Ludwig (Rolândia); Giovana Zanin Martins Silva (Sertãozinho); Viviane Granado Barreira da Silva (Tamarana). Também participaram da reunião como ouvintes os representantes da diretoria executiva do consórcio. **Ordem do dia:** Anteprojeto de resolução – Alteração PLACIC e PAA/Dois mil e vinte e seis (Atualização populacional IBGE – data de referência primeiro de julho de dois mil e vinte e cinco); Anteprojeto de resolução – Realização de convênio com instituições financeiras para a realização de empréstimos consignados e em folha de pagamento para os trabalhadores do Cismepar; Anteprojeto de resolução – Autorização para abertura de crédito especial no orçamento do exercício financeiro de dois mil e vinte e cinco, referente dotação na fonte rateio (um zero seis nove) para complemento atendimento contratualização para exercício de dois mil e vinte e cinco; Anteprojeto de resolução - autorização para abertura de crédito especial no orçamento do exercício financeiro de dois mil e vinte e cinco, referente dotação para incremento temporário ao custeio dos serviços da Atenção Especializada à Saúde – Portaria n.º GM/MS três mil, seiscentos e quatro no exercício de dois mil e vinte e cinco; PEC precatórios (Parcelamento dívida INSS Patronal); Readequação dos exames da Contratualização; Matriciamento do Qualicis com os serviços de saúde; Números de acompanhantes em consulta médica; Outros assuntos de interesse do Consórcio; Informes. O Sr. Diego cumprimentou a todos e iniciou com o Anteprojeto número um – apresenta a proposta de alteração da Resolução número trezentos e setenta e três de dois mil e vinte e cinco em razão da publicação da atualização do Censo Demográfico, referente a dezembro de dois mil e vinte e quatro, divulgada em primeiro de julho de dois mil e vinte e cinco, a qual impactou na atualização da população de referência utilizada para o cálculo do PLACIC, e PAA. A população total passou de novecentos e setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e três habitantes para novecentos e oitenta mil, cento e setenta e oito habitantes, gerando uma diferença de quatro mil, oitocentos e trinta e cinco habitantes e um impacto financeiro de cem mil, trezentos e setenta e quatro reais. Após discussão, os secretários manifestaram-se favoráveis ao anteprojeto de resolução. Anteprojeto número dois – Na sequência, foi apresentada a proposta de alteração da Resolução número trezentos e setenta e quatro de dois mil e vinte e cinco, que dispõe sobre o Plano Aplicação Anual, em razão da mesma atualização censitária divulgada em primeiro de julho de dois mil e vinte e cinco, referente a dezembro de dois mil e vinte e quatro. Após discussão, os secretários manifestaram-se favoráveis ao anteprojeto de resolução. Anteprojeto número três – Foi apresentada a proposta de alteração da Resolução número trezentos e oito de dois mil e vinte e um, que dispõe sobre a autorização para realização de convênios com instituições financeiras. A demanda teve origem em solicitação dos trabalhadores, visando a possibilidade de contratação de empréstimos consignados junto a empresa credenciada, com desconto em folha de pagamento. Na alteração proposta, além da modalidade de empréstimos,

acrescentou-se também a possibilidade de realização de financiamentos por meio do crédito consignado, direcionado exclusivamente aos trabalhadores vinculados ao Cismepar, ampliando assim as alternativas de acesso a crédito. Após discussão, os secretários manifestaram-se favoráveis ao anteprojeto de resolução. Anteprojeto número quatro – Foi apresentada a proposta que dispõe sobre a autorização para abertura de crédito especial no orçamento do exercício financeiro de dois mil e vinte e cinco, referente à dotação na fonte de rateio de número mil e sessenta e nove, destinada ao complemento do atendimento da contratualização para o exercício de dois mil e vinte e cinco. O valor do crédito especial a ser aberto corresponde a cento e trinta mil e quatrocentos reais, montante necessário para suprir as despesas. Após discussão, os secretários manifestaram-se favoráveis ao anteprojeto de resolução. Anteprojeto número cinco – Foi apresentada a proposta de abertura de crédito especial no orçamento do exercício financeiro de dois mil e vinte e cinco, em decorrência do recebimento de recurso previsto na Portaria número três mil, seiscentos e quatro, oriundo do Ministério da Saúde. O valor do crédito corresponde a cem mil reais, a ser alocado como custeio, via Município de Londrina, com finalidade de utilização em despesas classificadas como serviços de terceiros, especialmente voltados à realização de exames. Após discussão, os secretários manifestaram-se favoráveis ao anteprojeto de resolução. Anteprojeto número seis – O Sr. Diego informou que este anteprojeto não havia sido encaminhado juntamente com a convocação, ficando os secretários à vontade para deliberar. Foi apresentada proposta de criação do atendimento por telemedicina, no valor de trinta e três reais por consulta, encaminhada a pedido do município de Londrina. Também foi discutida a adequação dos valores de fisioterapia, que em sua maioria sofreram acréscimo de vinte para vinte e cinco reais. O atendimento domiciliar, por exemplo, passará de vinte e sete para quarenta reais, enquanto a média de mercado pesquisada varia entre setenta e oitenta reais. Destacou-se que alguns atendimentos, anteriormente fixados em valores muito baixos (cinco ou seis reais), foram reajustados. Houve questionamento quanto aos parâmetros de comparação utilizados, citando-se consórcios de Apucarana, Cornélio Procopio e Curitiba, sendo esclarecido que os valores foram sugeridos pelo conselho profissional e considerados atrativos. A proposta de telemedicina prevê que a empresa forneça o sistema e realize a integração com os municípios, de modo que as consultas fiquem vinculadas à produção municipal. A consulta virtual possibilitará a realização de anamnese, emissão de atestados e encaminhamentos em casos simples, evitando deslocamentos desnecessários. O serviço funcionará de forma semelhante a credenciamento, sendo facultativa a adesão de cada município. No tocante aos sistemas de informação, discutiu-se a dificuldade de integração e as limitações de plataformas como o CARE, ressaltando-se a necessidade de prontuário eletrônico compatível com a regulação e com a divisão proporcional entre municípios. Relatou-se que, apesar de tratativas desde dois mil e quinze, ainda não se chegou a uma solução definitiva, pois as empresas consultadas apresentam restrições quanto às funcionalidades exigidas. Foram mencionados exemplos de outros sistemas utilizados por consórcios, como IDS e MV, sem consenso sobre adoção imediata. Após discussão, os secretários solicitaram a exclusão da tabela correspondente à fisioterapia, bem como a retirada do item referente a consultas médicas de profissionais generalistas para atendimento na atenção primária por meio da telemedicina. Com as devidas alterações, os secretários manifestaram-se favoráveis ao anteprojeto de resolução. **PEC dos precatórios** – Foi prestado informe acerca da dívida do Consórcio perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, decorrente de processo tributário. Informou-se que o valor atualizado do débito é de trinta e sete milhões, quatrocentos e quinze mil reais. Recordou-se que, em momento anterior, havia a possibilidade de adesão a parcelamento junto à Procuradoria, no montante de quarenta e cinco milhões de reais, em até seis parcelas, sem juros, mas a proposta não foi concretizada. Na sequência, destacou-se que a aprovação da

PEC número cento e trinta e seis de dois mil e vinte e três trouxe nova alternativa de parcelamento em até trezentos meses, com isenção de multas e juros, e entrada correspondente a vinte por cento do débito. Salientou-se, ainda, que o Consórcio dispõe atualmente de cerca de seis milhões de reais em caixa, além de outros dois milhões de reais já pagos em parcelamento anterior, cujo reembolso está sendo requerido, totalizando aproximadamente oito milhões de reais que poderão ser utilizados conforme decisão dos prefeitos. Diante dessa informação, os secretários de saúde sugeriram que o montante de oito milhões de reais seja utilizado para investimento nos atendimentos e serviços de saúde do Consórcio, e não para quitação ou abatimento da dívida com o INSS. Ficou registrado que a decisão final sobre a utilização desses recursos caberá à Assembleia de Prefeitos, após a publicação da portaria regulamentadora pelo INSS, ocasião em que serão apresentados cenários comparativos para subsidiar a deliberação. **Planejamento de Custeio e Oferta de Procedimentos** – Na reunião, a Sra. Talita aproveitou o espaço para registrar preocupação quanto ao fluxo de informações e à forma como os municípios têm sido comunicados das mudanças. Recordou que, em reunião extraordinária realizada no final de junho ou início de julho, havia sido ventilada a proposta de destinar um milhão e quinhentos mil reais aos hospitais e cerca de setecentos mil reais para custeio do déficit existente. Destacou ainda que essa situação gerou descrença no planejamento originalmente discutido e reforçou que a falta de clareza e atualização das informações prejudica o trabalho dos secretários municipais, que retornam a seus municípios transmitindo expectativas que não se concretizam. O Sr. Diego explicou que a redução da oferta de procedimentos ocorreu porque, há cerca de dois meses, houve diminuição na fila de consultas, o que resultou em finalização dos exames correspondentes somente agora. Destacou que os recursos disponíveis nem sempre são suficientes para manter a demanda integral, o que ocasiona períodos de redução. A Sra. Vivian destacou que a limitação da oferta também gerou dificuldades para Londrina, considerando a dependência do Hospital de Clínicas em noventa por cento dos casos. Ressaltou que a solução passa pela utilização das emendas já recebidas, pela busca de novas fontes (como emendas individuais ou de bancada) e pela ampliação de programas como o Qualicis, que apresenta metas subutilizadas. Informou ainda que Londrina será responsável pela regulação da oferta vinculada à emenda, em proporção de cinquenta e oito por cento para Londrina e quarenta e dois por cento para os demais municípios, com previsão de cento e trinta e cinco aparelhos auditivos/mês a partir do aditivo de oitocentos e sessenta e um mil reais. Reforçou a necessidade de transparência e agilidade, propondo que, caso haja dificuldades, sejam realizadas reuniões extraordinárias (presenciais ou online) para ajustes imediatos. Foi reiterado que o consórcio deve atuar de forma integrada, buscando soluções conjuntas, inclusive com articulação política para novas emendas parlamentares. Quanto as alterações no programa Qualicis, a Sra. Ana Paula lembrou que ofício sobre a alteração do diagnóstico do PRI (Planejamento Regional Integrado) foi encaminhado em março, sem resposta formal até o momento, o que dificultou a inclusão da Nefrologia no processo. A Sra. Jeniffer respondeu que está sendo finalizado novo ofício consolidando as alterações a serem encaminhadas para aprovação na regional. **Matriciamento Qualicis** – A Sra. Jeniffer informou que o mapeamento do Qualicis será realizado no dia vinte e quatro de setembro, contemplando os municípios de Bela Vista, Sertãoópolis, Pitangueira, Miraselva e Guaraci. Destacou-se a necessidade de maior participação dos municípios no matriciamento, observando que, em algumas ocasiões, as equipes locais bloqueiam suas agendas de atendimento e não comparecem, o que prejudica tanto a avaliação do programa quanto o cuidado integrado ao paciente. Foi solicitado apoio dos municípios para assegurar presença e engajamento durante o mapeamento, reforçando a importância da integração entre equipes locais e profissionais do Consórcio. **Número de acompanhantes em consulta médica** – Foi

discutida a recorrência de problemas relacionados à presença de acompanhantes em excesso nas consultas e exames realizados no Cismepar, especialmente em atendimentos como ultrassonografias, em que familiares chegam a comparecer em grande número. Relatou-se que houve situações de entrada de crianças e até episódios de “revelação de sexo” em ambiente clínico, o que não condiz com a finalidade do espaço de saúde. **Outros assuntos de interesse do consórcio:** Esclarecimentos sobre a Emenda Parlamentar do Deputado Luiz Carlos Hauly e Destinação de Recursos – Durante a reunião, A Sra. Vivian solicitou espaço para esclarecimentos acerca da emenda parlamentar destinada pelo Deputado Luiz Carlos Hauly. Ressaltou-se que, apesar dos anúncios realizados, existe um intervalo de tempo até a efetiva liberação e disponibilidade dos recursos em conta. Inicialmente, o Deputado anunciou o montante de nove milhões, posteriormente divulgado em vídeo como dez milhões. Esclareceu-se que, na realidade, houve a soma de nove milhões com outros quatro milhões anteriormente vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Londrina, valores estes não utilizados pela gestão anterior por ausência de apresentação de produtividade. Assim, os recursos efetivos atualmente disponíveis correspondem a três milhões já repassados, com previsão de mais três milhões em breve e outros três milhões até o final do exercício, ainda pendentes de liberação. No tocante à aplicação, foi realizada proposta de utilização dos valores dentro da fila de Londrina e da Décima Regional de Saúde, contemplando especialidades de maior demanda, como Gastroenterologia, Nefrologia e Cardiologia. Os procedimentos priorizados foram consultas iniciais e de retorno, exames de colonoscopia, endoscopia, ultrassonografia, exames bioquímicos e enema opaco, no montante de aproximadamente um milhão e quinhentos mil, distribuído da seguinte forma: Gastroenterologia: quatrocentos e noventa e nove mil, quinhentos e sessenta e dois reais. Nefrologia: quatrocentos e noventa e cinco mil e noventa reais. Cardiologia: quatrocentos mil reais. Além disso, destacou-se a destinação de trezentos mil especificamente para aparelhos auditivos, com a realização de aditivo ao contrato vigente em Londrina, no valor de oitocentos e sessenta e um mil, visando ampliar a oferta mensal de oitenta e cinco para cento e trinta e cinco aparelhos, por um período de seis meses. Foi apresentada a distribuição de pacientes e aparelhos por município, totalizando mil quatrocentos e setenta e oito pacientes e dois mil oitocentos e vinte aparelhos auditivos. Ressaltou-se que os recursos de emendas parlamentares têm sido fundamentais para o enfrentamento da fila e que há possibilidade de cada município articular junto a seus prefeitos a destinação de novas emendas (individuais ou de bancada), com valor unitário do aparelho estipulado em mil e cem reais. Informou-se ainda que o aditivo contratual encontra-se na Procuradoria Geral do Município e que a partir de outubro será iniciada a chamada dos pacientes contemplados. Óculos – Sr. Reginaldo disse que seu município vem enfrentando problemas com os óculos adquiridos via Consórcio. Relatou que há reclamações recorrentes em reuniões de agendadores e grupos de mensagens, mas ainda sem formalização, o problema consiste em entrega duplicada de óculos, enquanto outros não receberam nada. O Sr. Diego solicitou que os municípios oficializem as reclamações, para que o Consórcio possa excluir, ajustar e acelerar as correções no processo. **Informes:** Protocolo de Regulação – já está finalizado, faltando apenas a validação formal. Os protocolos seguiram juntamente com a convocação, os secretários que quiseram contribuir com sugestões devem encaminhar ao e-mail institucional do Cismepar, centralizando o fluxo de informações e facilitando a sistematização das propostas. Descredenciamento – O Sr. Diego informou aos secretários que o Dr. Marcos José, tem enviado ofícios diretamente aos prefeitos questionando atendimentos. Relatou que o profissional atuava como pneumologista e realizava espirometrias, porém não possui o RQE (Registro de Qualificação de Especialista) nessa área. Destacou que a renovação de seu contrato foi inviabilizada, pois sua especialidade formal é cirurgia. Ônibus – O Sr. Rodrigo informou que o ônibus para Congresso em Foz do

197 Iguaçu está com saída programada para o dia dez de novembro, às oito horas, de Londrina,  
198 com ponto de encontro no Moringão, local amplo e adequado para embarques. A escolha do  
199 horário visa evitar imprevistos de estrada e garantir chegada com tranquilidade. O retorno será  
200 no dia quatorze, após o almoço. Nada mais havendo a tratar por ocasião desta discussão, deu-  
201 se por encerrada a reunião, e eu Simone S. O. Oussaki, Assessora Executiva, lavrando-se a  
202 presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes, de forma que esta será  
203 publicada no site do Cismepar em até cinco dias úteis e o arquivo de áudio e/ou vídeo desta  
204 reunião fica disponível para consulta aos interessados, sob guarda da Diretoria Executiva.

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>NOME</b>
Alvorada do Sul	Beatriz Fabiano
Cambé	Talita Maria Bengozi Gozi
Florestópolis	Fabiano Fachina
Guaraci	Alex Fernandes Monteiro
Ibiporã	Leiliane de Jesus de Martini Lopes Vilar
Jataizinho	Angela Maria Menezes
Londrina	Vivian Biazon El Reda Feijó
Pitangueiras	Maria Aparecida dos Santos – procuração
Porecatu	Arilda Batista de Araújo
Prado Ferreira	Marilia Gabriela Salgado Alves
Rolândia	Erika Fernanda dos Santos Bezerra Ludwig
Sertanópolis	Giovana Zanin Martins Silva
Tamarana	Viviane Granado Barreira da Silva
Cismepar	Diego Augusto Buffalo Gomes

205